

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA  
NAILÔN FERREIRA SILVEIRA

**VIOLÊNCIA EXERCIDA CONTRA GRUPOS  
CONSIDERADOS DESVIANTES OU *OUTSIDERS***

CURITIBA  
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA  
NAILÔN FERREIRA SILVEIRA

**VIOLÊNCIA EXERCIDA CONTRA GRUPOS  
CONSIDERADOS DESVIANTES OU *OUTSIDERS***

Monografia apresentada como requisito  
para a obtenção de título de especialista  
em Sociologia Política, no Curso de Pós  
Graduação em Sociologia Política -2011  
Orientador: Nelson Rosário de Souza

CURITIBA  
2013

## RESUMO

Esta monografia apresenta uma breve interpretação bibliográfica buscando compreender melhor a questão da percepção da violência exercida contra grupos considerados desviantes ou *outsiders*. Primeiramente buscando definir quem seriam esses desviantes, pois a violência contra as minorias é uma constante histórica. Também podemos perceber esse tipo de comportamento nas ações da polícia militar, poder judiciário e presídios, além da violência em nosso cotidiano contra esses grupos, por isso se torna imperativo estudarmos estas situações. Onde as medidas punitivas superam as buscam pela inclusão social.

**Palavras-chave:** Violência; Grupos desviantes; *Outsiders*.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. Definição de <i>outsiders</i> .....	3
2. Violência contra os <i>outsiders</i> ou desviantes.....	12
CONCLUSÃO.....	18
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	20

## **Violência exercida contra grupos considerados desviantes ou *outsiders*.**

### **Introdução**

Um dos temas mais debatidos atualmente é a violência na sociedade, assim se torna importante observarmos vários aspectos dessa violência, inclusive aquela realizada contra um grupo específico da sociedade, os considerados desviantes ou *outsiders*.

O primeiro passo é conceituar o termo *outsiders*, para tanto utilizamos dois autores importantes para a sociologia do desvio, Norbert Elias e Howard Becker. O primeiro se utiliza de uma pesquisa de campo realizada em uma cidade de nome fictício de Winston Parva para demonstrar quem são os outsiders, como se formam e como é importante esse estudo para compreender as relações sociais. Em seguida o autor determina características importantes dessa pesquisa que possam ser usadas na compreensão de acontecimentos semelhantes em outras sociedades, dando uma atenção especial para a forma como ocorre a coesão dos grupos estabelecidos e as maneiras que estes estigmatizam os considerados desviantes ou *outsiders*.

No caso Becker seu estudo mostra como as relações sociais e a percepção de comportamentos são importantes para a o posicionamento social dos grupos, e que o conceito de *outsiders* esta mais ligada a forma como as ações são observadas do que nas próprias ações.

Em seguida percebemos a ação violenta das políticas de Estado contra grupos considerados desviantes ou *outsiders*, principalmente na ação das políticas de segurança ligada a polícia, ao poder judiciário e a organização penitenciária, que em muitos casos criam um estigma social para grupos menos favorecidos, como jovens afrodescendentes de baixa renda, grupo este que é visto automaticamente como desviante ou até mesmo criminoso por uma parte considerável da sociedade, e por consequência, pelo Estado.

Para finalizar e melhor entendermos a questão da percepção da violência contra os *outsiders* ou grupos considerados desviantes, veremos como os grupos marginalizados, principalmente dos jovens negros sofrem mais com os efeitos da violência.

## Cap. I – Definição de *outsiders*

As diferenças entre os indivíduos e os conflitos decorrentes disso são uma característica das sociedades humanas, é visto como comum a percepção de um grupo dominante e um outro sendo dominado, mesmo que isto cause ações violentas.

Nesta discussão sobre violência Norbert Elias junto com John Scotson traz uma nova abordagem, um estudo sobre os estabelecidos e *outsiders* de uma sociedade, em uma pesquisa realizada em uma pequena cidade urbana na Inglaterra, denominada de forma fictícia de Winston Parva, onde é percebida uma diferença entre os moradores estabelecidos há muitos anos na cidade dos moradores mais recentes da região, que eram tratados como *outsiders*. As relações de poder entre esses dois grupos, ou moradores antigos (estabelecidos) e os moradores mais novos (*outsiders*), não passa por sua ocupação, classe social, religião, nacionalidade, ou etnia, apenas pelo tempo em que habitavam a região.

A cidade de Winston Parva era dividida em partes: a Zona 1 era uma área residencial de classe média. As Zonas 2 e 3 eram áreas operárias, uma das quais, a Zona 2, abrigava quase todas as fábricas locais. As Zonas 2 e 3 eram divididas em duas áreas, de um lado, o grupo residente na aldeia, que era povoado por moradores já havia três gerações e devido a esse fator se julgava senhor de direitos especiais; e de outro lado, o grupo dos moradores do loteamento que era visto como inferiores, somente pelo fato de serem moradores há menos tempo e devido a isso, eram tratados como *outsiders*. Os grupos dos moradores da aldeia, os moradores mais antigos, se veem como pessoas melhores, dotadas de uma relação sólida de amizade, de uma virtude específica, de uma qualidade, que é compartilhada por todos os seus membros; enquanto que os grupos de moradores do loteamento não tinham esse tipo de relação grupal e isso os tornavam isolados e inferiores com relação ao outro grupo.

Esta relação sólida possibilitava o grupo dos estabelecidos o controle das principais instituições políticas, como o conselho municipal, a comunidade escolar, os clubes, onde os membros *outsiders* da sociedade eram excluídos. Aqui fica bem claro o poder político envolvendo as relações, onde um determinado grupo pode ser deixado de fora de várias decisões importantes para sua região, podendo ocorrer assim o descontentamento e a

violência. Importante perceber que a maioria da população da cidade era dos moradores antigos, assim fica claro outro fator de exclusão, a maioria forte contra a minoria enfraquecida, e devido a essa mudança temporal na comunidade que ocorria o preconceito e a exclusão.

O tempo de residência é o determinante de poder. Com esse pensamento podemos perceber um dos grandes problemas relacionado à violência e ao preconceito, que seria relação entre moradores e imigrantes. Existem vários casos de violência registrados na história contra imigrantes estrangeiros, migrantes de um mesmo país, mas com características culturais diferentes ou mesmo como o caso de Winston Parva onde a diferença é somente o tempo de ocupação.

Outra situação interessante que a obra de N. Elias nos fornece é a forma como ocorria a estigmatização dos membros do loteamento, como as famílias da aldeia tinham grandes laços de amizade e parentesco, isso contribuía para o isolamento dos outros moradores, influenciados pela “fofoca” executada pelas matriarcas, principalmente da Zona 2. Isso nos remete a um dos problemas da sociedade atual, a difamação, onde em escolas, por exemplo, acaba afetando a personalidade da criança, o que pode causar um comportamento violento na idade adulta.

Os jovens de Winston Parva são um ótimo exemplo disso, pois aqueles que eram considerados transgressores das leis em sua maioria provinham da Zona 3, a região dos *outsiders*, pois os adolescentes eram particularmente afetados pelo fato de sua sociedade não lhes oferecer papéis claramente definidos. E esses jovens demonstravam sentir a alcunha a eles destinada, como que se a eles não houvesse a possibilidade de mais nada a não ser cumprirem o papel de excluídos a eles destinados.

Assim como determina Silvana Aparecida Chaves: “as categorias, *estabelecidos* e *outsiders*, se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte dessas comunidades estão ao mesmo tempo unidos, mas também separados por uma relação de interdependência grupal. Pode-se constatar que a superioridade social e moral, o pertencimento e a exclusão são elementos da sociedade dos indivíduos e que entre *os estabelecidos* e *os outsiders*, na esfera social, exemplificam as relações de poder. Como se puderam observar, os autores conferem a este livro uma atualidade, sugerindo caminhos para analisar, criticar e reformular algumas questões



contemporâneas em torno de expressões como exclusão social e violência social”(CHAVES, 2012).

Com essa linha de pensamento de N. Elias podemos perceber que a relação entre os estabelecidos e *outsiders* é conflitante e dependente, pois só pode haver um comportamento desviante se existir um comportamento padrão. Além disso que o choque entre estilos de vida pode levar para a violência, quando um grupo exerce sobre o outro o seu padrão de comportamento.

Também interessante nesta pesquisa realizada por Norbert Elias é como ele trata de um tema presente em várias sociedades, pois é comum observarmos um grupo se colocando como superior ao outro, como mais fortes em uma relação de poder. Esses grupos se observam como melhores, é ainda mais, podem passar um sentimento de inferioridade para os *outsiders*. No caso de Winston Parva aqueles com moradia mais antiga se colocavam como melhores e evitavam o contato com os outros moradores, e estes, depois de um tempo, pareciam aceitar a ideia de fazerem parte de um grupo de menor respeito. A pesquisa realizada em um pequeno ambiente pode ser usada como modelo ou laboratório para outras pesquisas relacionadas em outros espaços, buscando identificar suas rupturas e permanências, percebendo melhor suas semelhanças e as razões para as diferenças.

Nesse caso o primeiro ponto de questionamento é: o que faz um grupo se perceber e determinar sua superioridade sobre outro? O estudo mostra que seria o poder de coesão, o sentimento de pertencimento que faria que um grupo se colocasse como superior ao outro. Mas não só a coesão, mas o controle e participação dos principais órgãos sociais; no exemplo de Winston Parva; o conselho, o clube, a escola, possibilitam um pensamento de superioridade de um grupo sobre outro.

Trabalhando com o conceito de coesão, os grupos estabelecidos tendem a perceber características bem claras para seu grupo e para os *outsiders*, valorativas para si e depreciativas para os outros; sempre buscando demonstrar como o seu grupo é superior com a proporção de como os outros são inferiores, essa vinculação é de grande importância para a compreensão da relação estabelecidos/*outsiders*. Nesse ponto podemos pensar na questão do preconceito, que em muitos casos é vista como um problema do indivíduo e não da sociedade, mas na maioria dos casos o preconceito é realizado contra uma pessoa que mal se conhece, ou seja, o preconceito é feito de um indivíduo em relação ao grupo a qual o

outro indivíduo esta inserindo, assim “... viam-se membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo”(Elias, 2000: 23).

O ponto central são as relações de poder existentes e seus conflitos em uma sociedade. Um grupo só pode se perceber como superior a partir que domina as fontes de poder que o outro é excluído, por exemplo, os negros no Brasil, devido a sua herança escrava, foram durante muito tempo deixados de lado nos principais órgãos de poder da sociedade; assim estigmatizados como inferiores ou incapazes. Nesse exemplo é válido novamente a reflexão sobre a importância da coesão, pois ainda hoje é muito difícil alguém participar dos setores mais importantes da sociedade sem o apoio de alguém que já esteja lá, vejo como referencia os cargos políticos que são na maioria ocupados por pessoas ligadas a grupos políticos já estabelecidos, sendo raro a presença de algum rosto novo.

Importante perceber a permanência existente nas relações de pertencimento presentes em uma sociedade, mesmo com algumas mudanças legais e jurídicas existentes no Brasil para melhorar a situação dos negros, ainda existe o preconceito social, pois a mudanças culturais não conseguiram acompanhar as mudanças jurídicas. Ainda está presente no imaginário popular, a imagem do negro escravo ou do negro sem emprego do período pós abolição. Para completar o cenário não faz parte do pensamento cultural do brasileiro o negro médico, advogado, professor, entre outras funções mais destacáveis na sociedade.

As formas de denegrir um grupo são várias, mas uma que se destaca é a estigmatização, pois é uma arma que só pode ser usada pelos estabelecidos contra os *outsiders* e que tem uma força considerável gerando muitos conflitos. Palavras como “mulato”, “boiola”, “sapatão”, tem o poder de causar sofrimento quando aquele que usa e aquele que ouve tem noção de ser uma relação de poder, de um estabelecido contra um *outsiders*. O que impede o troco, pois termos como “branco” ou “hétero” são inúteis como ofensa.

Outra estigmatização feita por um grupo dominante sobre um grupo considerado desviante é com relação a sua confiabilidade, disciplina e organização. Em muitos casos, as minorias sociais como negros, homossexuais, jovens e pobres são vistas como falsos, indisciplinados e desorganizados, e até sujos. “Os grupos estabelecidos que dispõem de

uma grande margem de poder tendem a vivenciar seus grupos *outsiders* não apenas como desordeiros que desrespeitam as leis e as normas (as leis e normas dos estabelecidos), mas também como não sendo particularmente limpos”(Elias, 2000: 29). Em diferenças extremas ou de uma dominação muito grande os estabelecidos não conseguem ver os *outsiders* nem como seres humanos, podemos citar como exemplo desse extremismo os negros no período da escravidão no Brasil, o grupo *burakumim* no Japão e os intocáveis na cultura indiana. Isso tem uma força tão grande nas relações entre indivíduos que causa uma violência psicológica imensa, pois ao colocar um estigma depreciativo sobre um grupo é possível que esse grupo inclua isso em suas características.

Por isso é importante um estudo, quando se trata de questões raciais, das condições históricas que determinam que um grupo seja superior a outro com relação as oportunidades do controle do poder, levando em consideração o processo histórico de dominação de um grupo sobre outro, por exemplo a escravidão europeia exercida contra os africanos em suas colônias na América.

Existe o costume de buscar explicar as relações conflituosas e violentas entre grupos levando em consideração fatores étnicos, mas nem sempre essas explicações são suficientes. Mas devemos levar em consideração que a diferença de oportunidades e de recursos de um grupo sobre o outro é ponto primordial para um estudo sobre a violência.

Assim as questões raciais de uma sociedade nada mais é que uma relação estabelecidos/*outsiders* de um tipo único, na qual a estigmatização do grupo considerado desviante é feito a partir do primeiro contato visual; e perceber isso somente como um problema étnico é deixar de um lado um ponto importante do debate, como um grupo tem o controle sobre os recursos de poder a tal ponto de excluir aqueles considerados diferentes, e assim os estigmatizando.

As diferenças físicas ou biológicas entre os indivíduos seriam apenas uma justificativa ou até mesmo uma isenção de culpa dos grupos estabelecidos. “A estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e *outsiders*, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ele reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo desviante” (Elias, 2000: 35). Exemplo disso é o papel dos grupos indígenas em nossa sociedade, que são tão desconsiderados que, os que não foram

exterminados, estão totalmente excluídos, sem nenhuma representatividade, e ainda pior, para muitos estabelecidos ou grupos dominantes, deveriam estar vivendo como a 500 anos atrás.

Além do poder de estigmatização, os estabelecidos tem em sua maioria o poder econômico ao seu lado, e podem despertar atenção, principalmente quando pensamos na relação ricos e pobres. É claro que as pessoas com poder financeiro maior tem vantagem na sociedade, mas as privações sofridas pelos *outsiders* não são todas de caráter econômico. Pois o estudo das relações de poder entre estabelecidos e *outsiders* esta presente em várias situações sociais, inclusive na econômica, mas não unicamente nela.

Devemos ter em mente também que esta disputa entre estabelecidos e desviantes tem um pano de fundo, que é a disputa pelo poder dentro da sociedade, que ela está presente no equilíbrio de poder, sendo percebida algumas vezes abertamente em grandes debates ideológicos ou em outros casos de forma mas velada. Assim tendo claro que o problema está nas distribuição de poder, passamos a perceber como é realizado a distinção dos grupos, ou seja, como é determinado o grau de pertencimento de cada indivíduo em um grupo. Novamente o ponto principal é a coesão, em Winston Parva alguns pontos podem ser levantados para perceber o que unia alguns e separava outros, por exemplo o tempo de convivência, que era considerável; a intimidade de antigas amizades; a relevância da opinião daqueles vistos como iguais de tal forma que sua imagem e estima depende-se disso, em contra partida um total detrimento e desvalorização do pensamento dos vistos como diferentes.

Levando isso para outras sociedades percebemos que a coesão de um grupo pode levar a percepção deste como realmente um grupo superior, “em nossa época, esse impacto da crença carismática grupal em seus membros tem sua forma mais exemplar no caso de nações poderosas dominadas por *establishments* de partidos / governos e, portanto, unidas contra os forasteiros por uma crença social coletiva em sua virtude e graça nacionais ímpares”(Elias, 2000: 41).

Assim os conceitos de coesão e estigmatização aqui trabalhados contribuem para percebemos a violência presente contra aqueles considerados *outsiders* ou desviantes, o estudo de uma pequena sociedade pode ser útil para compreensão de ambientes maiores e mais complexos.

Outro autor que trabalha com o conceito de *outsiders* é Howard Becker, segundo ele, regras, desvios e rótulos são sempre construídos em processos políticos, nos quais alguns grupos conseguem impor seus pontos de vista como mais legítimos que outros. O desvio, não está presente na personalidade dos indivíduos que os cometem, mas sim na percepção daqueles a sua volta, ou seja, está relacionado a sociedade a qual as pessoas estão presentes. No caso a nossa sociedade é muito ampla, o que favorece um grande leque de interpretações, ligado as interpretações e relações sociais, um comportamento pode ser visto como correto ou errado dependendo do ponto de vista.

Becker também trabalha com a ideia que existem graus de percepção das infrações, onde uns são mais aceitos que outros “encaramos a pessoa que comete uma transgressão no trânsito ou bebe um pouco demais numa festa como se, afinal, não fosse muito diferente de nós, e tratamos sua infração com tolerância. Vemos o ladrão como menos semelhante a nós e o punimos severamente. Crimes como assassinato ou traição nós levam a ver o transgressor como um verdadeiro *outsiders*” ( BECKER, 2008: 16).

Segundo Becker quando se estuda os *outsiders* o principal questionamento é o por que essas pessoas agem assim? Nesse sentido teoriza a questão da seguinte forma: que diferentes grupos consideram diferentes coisas desviantes? Assim ele analisa o desvio como sendo uma falha em obedecer às regras do grupo dominante, ou o desvio como a infração de alguma regra em geral aceita, assim o *outsiders* é criado a partir da sociedade a qual ele é relacionado.

Desta forma um *outsider* é aquele que as pessoas rotulam como tal, levando isso em consideração teremos quatro tipos de pessoas: as que têm um comportamento apropriado a sua sociedade, aquelas tem um comportamento infrator e são percebidos, os falsamente acusados de infração e os desviantes secretos. Se um ato é ou não desviante, depende de como outras pessoas reagem a ele, então o ponto problemático é o ponto de vista da sociedade sobre as ações.

Se depende do ponto de vista da sociedade, também depende de como a sociedade vê o infrator, pois esta sociedade não vê todos iguais, têm aqueles grupos que podem ser considerados *outsiders* automaticamente, por exemplo: pobres, negros, imigrantes, jovens, entre outros. Além disso, algumas regras são impostas somente quando resultam em certas consequências, sempre ligado ao comportamento das outras pessoas. Assim o desvio não é

uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aqueles que reagem a ele.

Seguindo essa linha de raciocínio segundo o ponto de vista de um *outsider* os outros podem ser os desviantes, por exemplo um golpista pode acreditar que aqueles que seguem as normas legais é que são os “errados”. Em outros casos o comportamento comum é o transgressor, um jovem que vive em uma comunidade violenta precisa agir de forma a se impor em um grupo, se ele tiver um comportamento pacífico vai ser considerado diferente, um *outsider*.

Segundo Becker também devemos questionar quando e porque as pessoas ou um grupo buscam impor suas normas de conduta para outros que não as consideram. Sempre existem vários interesses nestas ações, é importante para o bem estar da sociedade que a população seja pacífica, assim excluindo aqueles que agem de forma violenta.

Assim surge um novo questionamento, quem impõe as regras a serem seguidas? Naturalmente em nossa sociedade isso envolve o poder político e econômico, em geral as regras são impostas dos mais velhos para os mais novos, os homens fazem regras para as mulheres, os brancos fazem as regras para os negros, os ricos para os pobres, os nascidos em uma região para os imigrantes. Isto expressa essencialmente diferenças de poder, ou seja, distinções de idade, sexo, etnia e classe estão todas relacionadas a diferenças de poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para outros.

Temos que observar também que aqueles com poder para determinar regras são os mais estabelecidos na sociedade, e um número considerável não gostaria de uma mudança nessa configuração.

A busca pela compreensão das desigualdades na sociedade e por sua consequência de ações violentas a partir de um ponto de vista novo, o dos grupos desviantes e *outsiders* pode levar a um descontentamento dos grupos mais estabelecidos, pois “questionam o monopólio da verdade e 'toda a história' sustentada pelos que ocupam posições de poder e autoridade”(Becker, 2008: 206).

Um ponto é recorrente nas duas teorias aqui apresentadas, que os grupos estabelecidos ou dominantes excluem os *outsiders* da possibilidade de exercer o poder.

Além disso trata-se de elevar a autoridade e observar o outro como ponto a ser explorado a seu favor, pois em muitos casos a valorização de um grupo passa pelo detrimento do outro.

Um dos motivos para isso ocorrer é a questão do orgulho dos grupos humanos em ser o principal, o mais forte, o que determina padrões de comportamentos, os grupos estabelecidos podem ter um sentimento de auto valorização quando dominam outro grupo. Além disso existe o medo, o medo do outro ser mais forte e tomar o seu lugar no comando das associações ligadas ao poder, ainda mais, existe o temor de se ver na situação contrária, como fraco, incompetente ou sujo.

Outro ponto é que essa forma de perceber as diferenças não tem somente um olhar econômico, mas deve ser visto como um problema mais amplo, principalmente em sociedades com altos índices de violência. É possível perceber que a estigmatização do outro está inclusive ligado a sobrevivência, não apenas física, mas de toda uma forma de viver culturalmente estipulada.

Isso pode causar a violência, pois quando um conflito começa a ameaçar a sociedade isso é sinal de que ele estava presente já há muito tempo, “o começo de uma revolução, por exemplo, é o resultado de uma longa figuração conflituosa anterior. Quando o processo de um conflito dentro de um Estado irrompe em violência, podemos falar do início de uma revolução. Contudo a palavra 'início' engana”(Elias, 2000: 210). Este conflito pode estar presente em várias instituições da nossa sociedade, como escolas, tribunais, centros religiosos, entre várias outras.

Podemos determinar assim que o estudo com aqueles que são considerados *outsiders*, aqueles determinados como párias para a sociedade é imperativo para a compreensão da violência. Não somente a violência física, mas também as de cunho psicológico como coerções sociais ou privações do direito de escolha. Em muitos casos apenas queremos acabar com a violência e seus causadores sem levar em consideração a situação a qual esses agentes estão envolvidos, sem tentar perceber a violência causada por todos os membros da sociedade.

## Cap. II – Violência contra os *outsiders* ou desviantes

Compreender como ocorre os variados tipos de violências, realizada por várias estancias, estatais ou não, contra os *outsiders* é uma importante ação para se diminuir os atos preconceituosos em nossa sociedade.

A exclusão feita pelo Estado ocorre quanto este não fornece os direitos garantidos por lei para os indivíduos. Mas se torna necessário entender os motivos e graus dessa exclusão. Pois os direitos legais (aqueles que constam em leis, nas constituições) são diferentes dos direitos reais a qual uma pessoa tem a seu favor, e existem alguns grupos onde essa diferença é maior ou acontece com mais frequência do que outros. “Na sociedade atual, em que as classes sociais, não são mais as únicas divisões relevantes, segmentações múltiplas criaram outras exclusões e novos sujeitos de direito nas lutas que se seguiram.” (Zaluar, 1997).

Temos que perceber também que a exclusão não é apenas social, mas sim institucional, onde são criados grupos pré reconhecidos como perigosos, como: pobres, negros, entre outros. A ação policial e jurídica tem reflexo nisso onde acaba por não punir os responsáveis por ações violentas, físicas e morais, contra um grupo específico, como por exemplo, jovens pobres. Estes mesmos jovens não tem acesso a saúde e educação de qualidade, que é uma responsabilidade do Estado.

Neste contexto cabe também a discussão sobre o problema das drogas, em que as políticas de Estado antidrogas ligadas a um modelo repressivo, reproduzem a estigmatização de setores sociais, já que jovens pobres são punidos com todo o rigor das leis e adultos ricos com o mesmo problema passam sem punição, em um registro claro das discussões sobre os *outsiders* estabelecidas por H. Becker, onde o problema não está no comportamento desviante, no caso o uso de drogas, mas sim em quem o faz, em qual posição social se encontra e como ele é visto pelo resto da sociedade.

A partir dos conceitos de tipos de comportamento das pessoas em sociedade, levantados por Becker: as que têm um comportamento apropriado a sua sociedade, aquelas tem um comportamento infrator e são percebidos, os falsamente acusados de infração e os desviantes secretos, considerando principalmente aquele comportamento em que o individuo



não cometeu nenhuma infração mas é tratado como se tivesse cometido; como as políticas públicas brasileiras, principalmente a de segurança, trabalha com a questão da construção de um esteriótipo para um sujeito infrator?

Percebendo que, como muitas outras políticas de Estado sofreram várias mudanças a partir dos anos 90 criticando muito o modelo militar das últimas décadas, a de segurança também foi modificada. Porém algumas formas de ações se manterão e ainda são utilizadas mas com outras roupagens.

Analisando a doutrina de segurança nacional estabelecida pelo governo militar, que nas décadas de 1960 e 1970 era principalmente ligada a manutenção do sistema político vigente, e que a partir da década 1990, perdendo seu caráter militariza, não é mais voltada para os adversários políticos do governo, mais sim contra os excluídos sociais, por grupos de pessoas que estão sendo marcados e identificados como perigosos socialmente, criando uma relação entre pobreza e criminalidade, expondo o conceito acima citado, de percepção de comportamento desviante, sem culpa real. Se existe, um grupo de desviantes, vistos como perigosos ao Estado, por consequência se torna necessário um corpo de defesa do espaço público dominado por aqueles que são os estabelecidos ou detentores do poder, que seria a força policial militarizada.

Fazendo uma comparação entre as políticas de segurança no Brasil das décadas de 60/70 com as mais atuais, existe um tipo de política pública que não mudou depois da ditadura militar, que é a militarização da polícia. Notando que existe um conflito entre militarização da segurança pública e democracia, já que a polícia deixa de ser a solução para ser parte do problema, pois transfere para as suas ações o seu clientelismo político, em alguns casos se tornam corruptos e atuam de forma corporativista. Percebendo que quando alguém que faz parte da corporação policial comete um crime este é julgado pelos seus pares.

Em 1996 o projeto de lei do deputado Hélio Bicudo restaurando a competência da justiça civil para julgar crimes de militares contra civis foi aprovado na Câmara dos Deputados, com muitas restrições: limitou-se a homicídios, sendo que a investigação continuaria sob responsabilidade dos IPM's (Inquéritos da Polícia Militar).

No mesmo ano, o projeto, parcialmente aprovado na Câmara, foi derrubado no Senado Federal. Isso possibilita uma maior impunidade e uma maior violência daqueles que

deveriam manter a ordem social, “o velho ditado afirma que no Brasil, ‘a polícia só prende os três P: prostituta, pobre e preto’.O cinismo reflete não apenas a perversidade de uma sociedade profundamente viciada pela discriminação racial, social e sexual, como a evidência da distorção do papel da polícia. Esta deixa de ser uma instituição voltada para a segurança pública - isto é, de todos – para tornar-se o braço armado e repressor, de alguns, a classe dominante e seus aliados. E a militarização da polícia só agravou esta realidade”(Benevides, 1985: 25).

Além da polícia podemos ver problemas em nosso sistema judiciário criminal que garante privilégios aqueles grupos mais fortes na sociedade, não permitindo o acesso a justiça aos grupos mais fragilizados, reproduzindo e determinando as diferenças sociais. Podemos perceber isso, por exemplo, nas instituições jurídicas dos foros especiais e privilegiados para algumas profissões e instrução superior, nos inquéritos policiais e no ordenamento jurídico processual que demonstra uma sociedade hierarquizada.

A percepção de democracia e justiça passa pela defesa dos direitos humanos, a participação política e igualdade de direitos. Alguns desses direitos estão ligados a administração da justiça, como a igualdade perante a lei, acesso a um poder judiciário imparcial e independente, a proteção contra detenções arbitrárias e tortura e mecanismos de controle contra a corrupção.

O resultado dessas ações policiais e jurídicas é uma instituição carcerária discriminatória e preconceituosa, onde, na maioria dos casos, os condenados são negros ou pardos, pobres, com baixa escolaridade e presos por crimes leves. Notando que a ideia que a prisão serviria para reintegrar o indivíduo a sociedade já está em desuso, que o cárcere serviria apenas para manter aqueles considerados perigosos longe da mesma; algumas políticas de Estado brasileiras são baseadas na estigmatização, na segregação e criminalização de determinados grupos considerados desviantes ou *outsiders*. Assim, mesmo depois de pagar sua pena em um presídio, se o sujeito tinha alguma perspectiva de seguir uma vida “dentro dos padrões” da sociedade sofrerá a coerção de um estigma social, o de ex-detento, pois as nossas instituições carcerárias acabam colocando mais os indivíduos dentro da criminalidade.

Segundo informações do Ministério da Justiça, no ano de 2010 no Brasil havia 445.705 presos, havendo um déficit de 164.624 vagas, no Paraná existiriam 19.760 presos

para um deficit de 5.311 (Justiça, 2010). Esse é apenas uma informação para demonstrar que o sistema carcerário brasileiro desrespeita os direitos humanos impondo a sua população a superlotação, entre vários outros problemas o que favorece a violência dentro e fora dos presídios.

Para fazer uma comparação podemos perceber a situação da Noruega, um dos países com menor numero de presos, pois “as forças dos sindicalismos dos funcionários do cárcere, a oposição política ao governo, os estudiosos e os próprios presos (que são convidados ao debate na sociedade civil), não permitem um aumento na oferta de vagas no sistema carcerários, evitando que condenados de baixa periculosidade abarrote as prisões, os criminosos acabam indo para prisão, mas não para proteger o público da sua presença” (Silva, 2005 ).

Depois de analisarmos a policia, o poder judiciário e as instituições carcerárias, podemos perceber como ocorre o processo punitivo do Estado brasileiro sobre os considerados desviantes ou *outsiders*.

A principal característica desse grupo considerado desviante ou *outsiders* pelas instituições de segurança do Estado é a de ser jovem e afro-descendente, e se esse jovem negro for de classes mais baixas a sua percepção como criminoso é muito maior. Estas praticas punitivas adotadas pelo Estado demostram um caráter discriminatório das práticas policiais e jurídicas, assim esses grupos não são punidos pelo que fizeram, mas em alguns casos pelo que eles podem vir a fazer.

O que também podemos perceber, seria o aumento da sensação de insegurança da população, onde influenciada pelos meios de comunicação, tende a direcionar o aumento da violência para as ações desses grupos, principalmente dos jovens. Mas devemos observar que o comportamento dos jovens é um reflexo da própria sociedade, ou seja, se os jovens estão mais violentos isso é um reflexo do comportamento de toda a população.

Com mais um agravante, já que os meios de comunicação também influenciam nessa situação. “Cotidianamente, os meios de comunicação nos fazem crer que se a grande massa excluída de nossa população age diferentemente das elites é porque vive e, portanto, pensa, percebe e sente diferentemente de nós. Daí, não podem receber o mesmo tratamento” (Coimbra, 2000: 17). Por isso, em um número considerável de casos, os resultados das ações políticas vão contra uma parcela da população, um exemplo está na política pública de

segurança de um governo quando se restringe ao depois da violência, como a construção de presídios ou em sistemas de vigilância por câmaras. Deixando de lado a educação como uma forma de se combater a violência, já que devemos prevenir os atos criminosos, não simplesmente punir aqueles considerados infratores.

Se tratando de casos não ligados ao Estado, presentes em nossa sociedade a situação da violência contra os desviantes ou *outsiders* podemos perceber outros pontos, por exemplo “No período de 1998 a 2001 a principal causa de morte desta população ( jovens negros), foram os homicídios, seguidos por outros acidentes e em terceiro lugar os acidentes de trânsito. No segmento de 'outros acidentes' vamos encontrar diferenças significativas, segundo a faixa etária: de 10 a 14 anos encontramos como principal causa de mortalidade os acidentes fatais com arma de fogo”(Camargo; Alves e Quirino, 2005). Isso é um amostragem da situação dos grupos marginalizados da sociedade, onde conseguimos observar um número considerável de jovens negros sendo mortos de forma violenta, isso incluindo crianças, mostrando como a nossa sociedade é desigual com relação a certo grupos.

Outro ponto nesse caso é a expectativa de vida de vida dos homens negros e brancos, onde os negros tem uma probabilidade maior de morrer antes e de forma violenta “...nem todos os brasileiros - mesmo nessas cidades (Rio de Janeiro e São Paulo) e bairros violentos - têm a mesma probabilidade de ser assassinados. Entre as vítimas da violência no Brasil, os negros pobres do sexo masculino são os mais vulneráveis. Esse padrão racial se verifica igualmente nos Estados Unidos, onde os negros têm seis vezes mais probabilidade de ser assassinados do que os brancos” (Huggins, 2010). Isso mostra que o preconceito e o racismo está muito presente em ações violentas, e como vimos, o racismo poderia ser interpretado como uma relação estabelecidos *outsiders* de característica étnica.

Levando em consideração essas informações sobre as mortes de homens jovens negros pobres nos fica mais claro a existência de uma violência contra os grupos considerados *outsiders* ou desviantes em nossa sociedade, pois a partir dessa classificação ou nível de pertencimento notamos três características de estigmatização social, o jovem em detrimento do adulto, o negro em contrapartida o branco e o pobre desfavorecido em relação ao branco. Assim podemos também perceber que a violência contra os desviantes ou *outsiders* está relacionado com questões culturais da sociedade.

Mesmo com as tentativas de se negar o racismo e o preconceito no Brasil, é corriqueiro vermos situações de discriminação na sociedade brasileira. Em alguns casos de forma clara, nos índices de mortes de negros, em outros, de forma mais velada, se mostra em ações policiais contra aqueles considerados “perigosos”, como se esse grupo fosse desviante ou *outsiders* por natureza, por força de sua personalidade desregrada.

## Conclusão

Sobre as políticas de Estado que levam a uma violência contra aqueles considerados desviantes ou *outsiders*, citando aqui principalmente jovens afrodescendentes pobres, podemos determinar que o modelo punitivo substituiu a ideia de inclusão social. Pois a opção pela punição em detrimento de programas sócias que tragam resultados reais a essa população, mostra um Estado altamente punitivo.

Portanto, os grupos sociais considerados desviantes tendem a ser mais punidos pelo Estado e sofrem mais com suas ações violentas, o discurso punitivo do Estado está ligado a uma constante vigilância contra aqueles considerados perigosos.

Importante deixar claro que estudos que percebam a relação equivocada entre pobreza e criminalidade ou violência e afrodescendentes, não buscam defender atitudes criminosas, mas sim perceber que o nosso sistema é desigual com relação as suas punições contra grupos socialmente desfavorecidos.

Podemos então debater algumas necessidades da população em relação à ação da policia e dos órgãos de segurança, por exemplo, um melhor preparo do corpo policial em sua formação pra diminuir as ações preconceituosas que refletem a nossa própria sociedade, e que estas ações não sejam violentas, somente em casos extremos; que a sociedade através de suas instituições trabalhe para que diminua o preconceito e a violência e não a incitando e que o poder judiciário puna de igual forma os crimes independentemente da classe social do julgado.

Por estas situações, vemos o quanto ainda hoje se mantêm em nosso país muitos dos aspectos repressivos e autoritários das políticas públicas de segurança vigente na ditadura militar. Por outro lado, hoje o Brasil passa por um crescimento em vários de seus setores de políticas públicas, inclusive na social, onde algumas barreiras enfrentadas nas décadas de 80 e 90 estão sendo lentamente sobrepujadas, mas ainda sofremos com a má distribuição de renda e com o preconceito de alguns indivíduos e setores da sociedade quanto a tentativas de políticas públicas para amenizar tal situação.

Desta forma, qual o papel dos meios de comunicação nesse caso? A banalização da violência, da criação de um esteriótipo para os criminosos e do aumento da insegurança dentro da população; nos levando a outro questionamento “a sociedade realmente está mais

violenta?” Para responder a esta pergunta podemos entender que os crimes aumentaram ou que a violência sempre existiu, sendo o que aumentou foram as denúncias de crime. A população esta mais violenta ou o que aumentou mesmo foi a população, assim crescendo os conflitos. Muitos crimes acontecem no trânsito, mas a 100 anos atrás nem existia transito. O jovem é violento ou o que mudou foi o conceito de juventude.

O que podemos afirmar, por hora, que a sensação de insegurança na população é muito grande e que é cobrado do Estado políticas efetivas contra esse sentimento, e que nas maiorias dos casos essa ação do Estado recaí sobre uma mesma população de considerados desviantes ou *outsiders*.

## Referencia Bibliográficas:

ANJOS, Everaldo Pereira dos. **Controle social e punição**: A criminalização da juventude pobre. Monografia do curso de Sociologia Política – UFPR. Curitiba 2008.

BECKER, Howard S., **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. 1ed. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2008.

BENEVIDES, Maria Victória. **Violência policial e democracia podem conviver? E agora, Brasil?** Lua Nova vol.1 no.4 São Paulo Mar. 1985.

Camargo, Climene Laura de; Alves, Eloina Santana; Quirino Marinalva Dias. **Violência contra crianças e adolescentes negros**: uma abordagem histórica. Texto Contexto Enferm., Florianópolis, p. 608 – 615. 2005.

CHAVES, Silvana Aparecida Pinter. **Análise da Obra: Estabelecidos e Outsiders de N. Elias e J. Scotson**. Disponível em: <[www.coluni.ufv.br/revista/docs/volume02/eliasJohn.pdf](http://www.coluni.ufv.br/revista/docs/volume02/eliasJohn.pdf)> Acessado em: 15/10/2012.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Doutrinas de segurança nacional: Banalizando a violência**. Psicologia em Estudo. Rio de Janeiro, V.5, nº 2, p. 1-22, 2000.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 2, p. 11-19, jul./dez. 2001

ELIAS, Norbert e Scotson, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.



HUGGINS, Martha Knisely. **Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível**. Caderno CRH. Salvador, Nº60, p. 541 – 558, 2010.

JUSTIÇA, Ministério. **Sistema integrado de informações penitenciárias – infopen**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp>> Acessado em: 02/11/2012.

PEZZATO, Daniel Rachid. **A sociologia da punição e o controle social perverso**. Monografia do Curso de Sociologia Política – UFPR. Curitiba 2008.

SILVA, Gisele de Castro e. **A discriminação socioeconômica no sistema jurídico penal**. Monografia do Curso de Sociologia Política – UFPR. Curitiba 2005.

ZALUAR, Alba. **Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas**. Disponível em :  
<[www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091997000300003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091997000300003&script=sci_arttext)>  
em 15/10/2012.